

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DISPUTA PELA ÁGUA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CONFLITOS QUE PERMEIAM O AGROHIDROTERRITÓRIO

Jaqueline da Silva Oliveira¹

Resumo – A disputa histórica pela posse da terra no Pontal do Paranapanema e dos conflitos daí desdobrantes que faz vir à tona as cifras marcantes das terras improdutivas e devolutas e, mais ainda descrédito em relação à Reforma Agrária e a negativa a qualquer possibilidade de acesso a terra, tal como a política de assentamento de vigência totalmente enfraquecida e desprestigiada. É neste cenário que a apropriação da água ou sua privatização comparece como preocupação. A face que estamos nos propondo refletir por meio do presente artigo, tem a ver com o caso particular dos reservatórios das usinas hidrelétricas ao longo do Rio Paranapanema, controladas pela transnacional Duke Energy, que nega o acesso aos reservatórios aos trabalhadores e movimentos sociais, que reivindicam o seu uso para a criação de peixe via o sistema tanques-rede para a subsistência e também como fonte de renda, além de despertar para a importância de discutir o conceito de Agrohidroterritório.

¹ Estudante do 3º ano do Curso de Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente, membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), coordenado pelo professor Antonio Thomaz Junior. E-mail: jaqckoliveira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este texto aborda algumas considerações iniciais com relação ao tema que estamos nos propondo a estudar. Com base nos estudos específicos sobre o histórico da questão agrária no Pontal do Paranapanema, que se configurou num processo de ocupação caracterizado pela grilagem de terras e sucessão de desmandos por latifundiários, somada às ações ilegais que ao longo dos últimos 80 anos se arrastam em demandas judiciais, e que desde o início dos anos 1990 ganha a presença dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, podemos inferir que a apropriação da água dentro deste contexto torna ainda mais complexo um tema que já tem grande dimensão conflituosa.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), composto por trabalhadores do campo que lutam pelo acesso a terra, pela Reforma Agrária e contra a estrutura da sociedade do capital, é o principal protagonista das lutas de resistência no Pontal do Paranapanema. Juntamente com outras organizações, tais como o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), é responsável pela criação e implementação dos 105 assentamentos rurais nesta região.

Após a constituição dos assentamentos, vemos a insuficiência e

mesmo ausência de políticas públicas destinadas à assistência em infra-estrutura e meios para que as famílias camponesas possam viabilizar alguma forma de plantio e atividade para se manterem na terra. Geralmente, os financiamentos obtidos junto ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) não atende, à altura, as reais necessidades dos camponeses, ou até por falta de atendimento adequado quanto à aplicação dos recursos. O resultado é o endividamento ao longo dos anos, a busca de outras atividades fora do lote e a descrença na permanência na terra.

Segundo Gonçalves (2006, p.80):

[...] mais do que o ponto de chegada de luta pela terra, os assentamentos se tornam um novo ponto de partida para a permanência na terra conquistada. As primeiras dificuldades começam pela falta de infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, rede elétrica, apoio comercial)

Sem nenhuma alternativa para produzir em seu lote, o assentado acaba aderindo ao modelo pelo qual sempre lutou contra: a monocultura destinada à obtenção de lucro. Através de financiamentos mediatizados junto ao Banco do Brasil, por meio do Programa de Integração *BB-Convir*, o agente financeiro

repassa em nome do assentado à Destilaria Alcídia valores que variam de R\$16.000,00 a R\$18.000,00. Nem arrendamento nem cessão, mas algo que prende o camponês ao sistema de crédito que viabiliza a integração da produção camponesa ao capital agroindustrial, por meio do *BB-Convir* Integração Rural e do Portal de Agronegócio², nos moldes do que já sobejamente conhecido, mas com o *agravante* dos atrativos creditícios facilitados via recursos do PRONAF e avalizados pelo capitalista agroindustrial canavieiro, no caso representado pelos proprietários da Destilaria Alcídia, que quita o empréstimo em parcelas à base de 50% na primeira safra, 30% na segunda safra e 20% na terceira safra, sendo que somente o que sobra de cada parcela comporia a renda do assentado³. Nesse particular é importante notar que os assentados não têm controle dos valores apresentados pela empresa, tais como toneladas de cana-de-açúcar cortada por hectare, às condições físicas da matéria prima etc.

Esse processo de exploração de cana-de-açúcar em assentamentos, além de atender à agricultura empresarial, provoca danos ambientais e à estrutura do trabalho familiar da terra.

Segundo Thomaz Jr. (2008, p.4), o envolvimento dos assentados

[...] no cultivo da cana-de-açúcar é a quebra da unidade da família camponesa, estimulada agora a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração.

Assim, o conflito em torno da terra, movimentos sociais x capital, que se configura no Pontal do Paranapanema toma formas cada vez mais contraditórias e complexas, e engloba também a água no interior das disputas. Por falta de incentivo do Estado em financiamentos agrícolas, que opta pela agricultura empresarial e também por conta da recente expansão da monocultura da cana-de-açúcar em áreas de assentamentos do Pontal, a piscicultura⁴ vem sendo apontada como uma alternativa de renda e desenvolvimento para as famílias assentadas.

Um projeto que viabilizasse a criação de peixes pelo sistema de tanques-rede nas águas dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas situadas no Pontal do

² Vide: www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cvnBBConvir.agr

³ Cf. THOMAZ JR., 2008.

⁴ A piscicultura é um dos ramos da aqüicultura que se preocupa com o cultivo de peixes. É uma atividade que vem se desenvolvendo em um ritmo muito acelerado (aproximadamente 30% ao ano) no Brasil. Este índice é superior ao obtido na maioria das atividades agropecuárias mais tradicionais, pois possui boa lucratividade.

Paranapanema proporcionaria aos assentados uma fonte nutritiva de alimentação e também como forma de subsistência. Isso seria viável, em parte, pelo vasto potencial hídrico desta região.

No entanto, este tipo de organização entra em conflito com os interesses da multinacional Duke Energy, empresa que controla todas as Usinas Hidrelétricas (UHEs) instaladas no rio Paranapanema e no Pontal do Paranapanema, Taquaruçu e Rosana⁶. A empresa entende que os reservatórios são de uso exclusivo para a geração de energia elétrica e reage contrariamente às iniciativas da Secretaria Nacional de Pesca, atualmente com *status* de Ministério, e que encaminha ações para viabilizar o projeto tanque-rede em atendimento às reivindicações dos assentados.

Se a terra até então ocupava o lugar central e dividia as atenções dos pesquisadores, dos representantes do Estado, dos latifundiários e de setores da burguesia vinculada à agroindústria canavieira, nos últimos anos, a questão da água desponta com grande importância. E no âmbito das demandas em torno da água

ou do acesso à água por parte dos trabalhadores, se expressa um novo flanco de disputas no Pontal do Paranapanema. É como se estivéssemos diante de disputas territoriais e de espaço em torno do acesso à água, ou numa formulação mais elaborada que sintetiza outra face da luta de classe, agora circunscrita ao hidroterritório⁵.

A situação ganha complexidade a partir da implementação de estratégias dos representantes de grupos canavieiros que defendem a utilização da água dos reservatórios para irrigação de plantações de cana-de-açúcar, entendida como o *novo* horizonte econômico para o Pontal. Então, se imaginávamos que o agronegócio se restringia à concentração de terra, também lança suas ações para concentração e monopolização do uso da água, o que tem estimulado os pesquisadores do CEGeT a trabalhar com o conceito de agrohidronegócio⁶. Neste caso, também terão que enfrentar a reação da Duke Energy, sendo que já se demarca um novo campo de disputas envolvendo diretamente os movimentos sociais.

⁶ A Usina Hidrelétrica Taquaruçu localiza-se entre os municípios de Sandovalina (SP) e Itaguajé (PR). Foi concluída em 1989 e é composta por cinco turbinas e área de 80,1 Km² de reservatório. Já a UHE de Rosana conta com 4 turbinas, 220 Km² de área de reservatório e está localizada entre os municípios de Rosana (SP) e Diamante do Norte (PR).

⁵ Esse conceito foi abordado por Avani Torres em sua Dissertação de Mestrado “Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais”, defendida em março de 2007, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB.

⁶ Cf. THOMAZ JR., 2008b.

Está formada assim uma trama de relações e interesses que vincula os conflitos que permeiam a apropriação das terras, e agora, a apropriação dos recursos hídricos, especificamente dos reservatórios no Pontal do Paranapanema. Neste cenário, identificamos de um lado a burguesia predominantemente canavieira e de outro, os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, somados aos interesses econômicos e estratégicos das empresas multinacionais interessadas na geração de energia elétrica e as ações protagonizadas pelos movimentos sociais em torno da luta pelo acesso à água.

Motivados por esse desafio, entendemos que o uso da água como fonte de produção e de renda, também comparece de forma tênue e de difícil percepção em meio ao rol de conflitos e jogos de interesses diversos, somente perceptíveis através do entendimento das devidas mediações territoriais. Neste sentido, tais embates nos estimulam a pensar num “novo” território em disputa.

Assim como a luta para combater o latifúndio, como modelo hegemônico de reprodução das desigualdades sociais no Pontal do Paranapanema, os movimentos sociais procuram na contemporaneidade dirigir suas ações para novas formas de uso da água dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas (UHE).

O objetivo é garantir, por meio da instalação de tanques-rede, que os camponeses também possam fazer uso da água para a criação de peixe para consumo próprio e que componha fonte de renda, também podendo utilizar este recurso para instalar sistemas de irrigação e desenvolver a policultura capaz de gerar renda e subsistência às suas famílias.

O impedimento de acesso às águas dos reservatórios devido ao interesse particular da Duck Energy, no caso do Pontal do Paranapanema, se dá mediante travagens burocráticas. A implantação do projeto de tanques-redes necessita de licenciamento ambiental, que sempre é muito complexo. A regularização envolve trâmites e rotinas burocráticas de diversos órgãos reguladores, com sobreposição de atos normativos. O órgão centralizador do procedimento para autorização dos projetos de piscicultura é a SEAP – (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), responsável pela análise técnica do projeto, sem antes desconsiderarmos o IBAMA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

A sobreposição de atos normativos em Águas da União (decretos, portarias, resoluções e deliberações) e a falta de uma padronização para a regularização de projetos aquícolas, faz com que este processo se torne um impedimento legal na

implantação dos tanques-rede nas águas do reservatório destas Usinas Hidrelétricas. Isso afeta diretamente os assentados que dispõem de lotes situados ao longo do rio Paranapanema.

Assim os recursos hídricos, (rios, lagos, represas, nascentes, tanques, águas subterrâneas) apesar de escassos são alvos também de ações específicas por diferentes frações do capital que se valem dos interesses exclusivos para acumulação de riquezas. Neste sentido, várias ações estão sendo cogitadas com o intuito de privatizar estes recursos, criando condições para que a água assuma cada vez mais a característica de mercadoria⁷.

A partir do momento que ganha características de mercadoria, a posse e o controle da água se tornam motivo de conflitos, uma vez que os sujeitos sociais passam a querer monopolizar um elemento fundamental à sobrevivência de um conjunto amplo de pessoas. Daí o surgimento dos embates, considerando a dimensão coletiva das comunidades e os interesses da classe hegemônica, que para garantir os negócios particulares, no caso das empresas vinculadas à produção e distribuição de energia elétrica, e aos agricultores proprietários de grandes plantações - particularmente as monoculturas vinculadas ao circuito das

exportações - já consomem, em média, 73% de toda a água consumida no país.

ALGUMAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PELO CAPITAL

As investidas do capital no século XXI estão vinculando as ações no sentido de controlar o território e a água, fortalecendo o poder de classe do capital. Assim, se até há pouco tempo nossas atenções estavam voltadas para a posse da terra e na luta dos movimentos sociais que buscavam justiça social através da reforma agrária, não podemos mais deixar de lado as medidas providas com intenção de fazer com que a água assuma característica de mercadoria.

Este fato somente se sinaliza porque recentemente, inúmeras medidas estão sendo tomadas no sentido de tornar a água mercadoria. Neste sentido, Torres (2007, p.52) afirma que:

No Capitalismo, as práticas de consumo passam a dinamizar a produção em escala de forma a atender a reprodução do capital. Nessa dinâmica, o capital necessita cada vez mais que coisas se transformem em mercadoria, para atender às novas necessidades estabelecidas, pelo fetiche e status simbolicamente instituídos no consumo das mercadorias. A água é

⁷ Idem.

um dos claros exemplos da tentativa desse modelo de criar novas práticas de consumo, para torná-la uma mercadoria especial, sem trabalho incorporado, mas valiosa financeiramente.

A dimensão que a posse da água assume para papéis e sentidos diferentes para os agentes sociais configuram um novo cenário de disputas global, verificado empiricamente no Pontal do Paranapanema. Diante da complexidade do assunto, que envolve a ação dos movimentos sociais, do grande capital privado e das diligências locais, sinalizamos a necessidade em se refletir e entender este antigo flanco de disputas, se tratando da terra, mas novo em seu objeto: a água. Há necessidade em despertar a curiosidade, assim como dimensionar a importância para o debate sobre o Agrohidroterritório podendo ser definido como o “território da água” e, como qualquer território, embute consigo uma relação de poder. Esta nova forma de mercadoria e, conseqüentemente, comercialização, assume múltiplas formas e dinâmicas.

Podemos citar aqui muitas “facetas” da comercialização da água. Uma delas é a energia hídrica, e é justamente esta atividade que afeta diretamente os assentamentos do Pontal do Paranapanema. Existe um complexo jogo de interesses por parte de determinados setores empresariais em ampliar a geração

de energia elétrica. Sob o manto desenvolvimentista e do discurso do desenvolvimento social, a energia elétrica é uma mercadoria, assim como todas as demais, que potencia a obtenção de ganhos, de lucro, propicia a acumulação e a reprodução de capital e, nesse caso particular, beneficia grandes grupos econômicos, destrói biomas, ecossistemas, desterritorializa comunidades tradicionais, trabalhadores, camponeses etc.

Além de causar inúmeros danos ambientais e sociais em sua fase de implantação, a energia hídrica em nosso país é um forte braço do hidroterritório. Primeiro porque há um grande ramo de empreiteiras, corporações técnicas, indústrias de turbinas, geradoras e distribuidoras de energia elétrica que se beneficiam com este tipo de atividade. Segundo porque grande parte da energia elétrica gerada no país é consumida pelas grandes empresas destinadas à exportação. De acordo com relatórios da Comissão Mundial de Barragens, o maior consumidor de energia é o setor industrial, com destaque para os eletrointensivos⁸. Desta forma, o Brasil é um dos maiores exportadores em energia subsidiada em forma de alumínio, ferro liga e outros que demandam muita energia e contribuem

⁸ Eletrointensivos são empresas que consomem muita energia elétrica, como as siderúrgicas, petroquímica, mineradoras, papel e celulose.

pouco para o desenvolvimento do país, enquanto 5.074.400 residências estão desprovidas deste recurso no Brasil.

Outro problema proveniente do modelo energético brasileiro é o destino dos reservatórios. Após ser formado o lago da barragem, a empresa proprietária passa a definir o que pode ser feito com a água do lago. Em muitos casos, o lago chega a ser cercado, impedindo a população de usá-lo. De acordo com Malvezzi (2008), o eixo que leva água do Castanhão, no Ceará, para o porto de Pecém, em Fortaleza, está “protegido” por cerca eletrificada, sistema sofisticado de vigilância 24 horas por dia, para evitar que a população se aproxime da água.

O Brasil conta com cerca de cinco milhões de hectares de áreas alagadas por barragens e represas. Este fato poderia possibilitar inúmeras possibilidades de investimento de geração de emprego e renda, sem pensar nas inúmeras famílias que ainda não têm água de qualidade para o consumo básico.

Outro aspecto importante da apropriação da água por parte do capital é a irrigação utilizada, sobretudo na produção de grãos para exportação (soja, milho) e cultivo de cana-de-açúcar para a produção de agrocombustível. A água para consumo humano direto corresponde a aproximadamente 10%, enquanto a agricultura é a atividade que mais demanda

água, cerca de 70% do consumo total. Desta forma, quando o país exporta grãos, está também exportando grande quantidade deste recurso natural.

Equipamentos como pivôs centrais e irrigação por sulco são utilizados para produção em grande escala e consomem grande quantidade de água. No Pontal do Paranapanema, encontramos *motores* de 400 a 500 CV retirando água de mananciais para a irrigação de grandes extensões de cana-de-açúcar, enquanto os assentados são barrados de implantar tanques-rede nos reservatórios para a subsistência. Sem contar o fato de que o capital ainda conta com o Aquífero Guarani, a maior reserva de água doce subterrânea do planeta, para tal destinação. Não podemos deixar de lado as inúmeras maneiras de expressão dos “territórios da água”: na pecuária, na (agro)indústria, e também da água engarrafada para consumo humano.

As estratégias adotadas pelo capital que fazem da água cada vez mais um bem apropriado para obtenção de lucro, está provocando grandes problemas sociais, tanto imediatos quanto os efeitos de longo prazo, pois a banalização deste recurso precioso para a vida levará inevitavelmente ao seu esgotamento, prejudicando as camadas mais baixas da sociedade que não dispõem de meios de obtê-la.

É muito importante verificar e pontuar este modelo de apropriação que

vem ocorrendo em toda parte, de diversas formas, e como sempre de maneira camuflada sob o discurso de desenvolvimento econômico.

Neste contexto, é essencial destacar o papel desempenhado pelos movimentos sociais como resistência ao modelo de organização dos monopólios. Medidas dirigidas à inclusão de projetos que visem usufruir as águas dos reservatórios das UHEs para subsistência é uma forma de fazer valer o significado da água como “bem público da União”.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANTUNES, R. (Org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AYROZA, M.M.R.; FURLANETO, F.P.B.; AYROZA, L.M.S. Regularização de Projetos de Piscicultura no Estado de São Paulo. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. v.1, n. 1, p. 33-41. jun. 2008
- BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.
- CASTEL. R. **As metamorfoses da questão social**. uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; DURVAL, H.C. Experiências de Reforma Agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Revista Lutas e Resistências**. v.1, n.1, p 76-90. set. 2006
- GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: pseudometamorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.
- GONÇALVES, R. Assentamentos: Impasses de um território em disputa. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 7, n. 1, 77-88, jun. 2006
- LIMA, E.C. A territorialidade dos movimentos sociais que lutam por terra e reforma agrária no Pontal do Paranapanema. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 6, n. 2, 45-68, nov. 2005.
- LIRA, E. R. a descontinuidade do território Krahô. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- MALVEZZI, R. A Reforma Hídrica, 2008. Disponível em <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5137>>. Acesso em 26 out. 2008
- MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP): Uma Política de Desenvolvimento Regional ou de Compensação Social?**. 2007. 311f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp – Presidente Prudente

- MEDEIROS, C. M. S. V. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social do espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90.** São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo.
- MENDONÇA, M. R. O agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências. In: I Encontro Latino-americano Ciências Sociais y Represas, 2007, Salvador (BA). **CD-Room**, Salvador, 2007. p. 1-17.
- MORUA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).
- OLIVEIRA, A. U. Campesinato e Agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: Antonio Murilo Alencar Feitosa, Janete Aparecida Gomes Zuba e João Cleps Junior. (Org). **Debaixo da Lona - Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** 1ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006, v. 1, p. 29-78
- OJIMA, A. L. R. et al. A (nova) Riqueza das Nações: Exportação e Importação Brasileira da Água Virtual e os Desafios Frete às Mudança Climáticas. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária.** v. 1, n. 1, p 61-73. jun. 2008
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B.M. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual.** São Paulo: Expressão popular, 2007, p 195-221
- SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão.** São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP.
- SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP.** 2007. 176f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente
- THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- THOMAZ JUNIOR, A. Agronegócio *Alcoolizado e Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org). **III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações.** Marília, 2007.
- THOMAZ JUNIOR, A. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada.** V. 9, n. 1, 2008a. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>> Acesso em 19 dez.
- THOMAZ JUNIOR, A. Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho e da luta de classes no limiar do século XXI: Em questão o Agrohidronegócio no Brasil. **Revista pegada,** V.9, N.2, 2008b. (no prelo)

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água):** Os Instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 113f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

VALVERDE, O. **Geografia agrária do Brasil.** Rio de Janeiro: INEP-MEC-CBPE, 1964.

Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. IX Colóquio de Geocrítica. **Anais.** Porto Alegre, 2007c

SITES CONSULTADOS

ACQUA FORUM – Programa Nacional de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho nas Atividades de Pesca e Mergulhos Profissionais. Disponível em <http://www.fundacentro.sc.gov.br/acqua_forum/principal/ver_noticias.php?not=1287><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L.EIS/19433.htm> . Acesso em 16 ago. 2008

COM CIÊNCIA – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/15.shtml>> . Acesso em 10 set. 2008

DUKE Energy Brasil. Disponível em <<http://www.duke-energy.com.br/usinas/usinas.asp>>. Acesso em 24 out. 2008

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio

Grande do Norte. Disponível em <[http://www.idema.rn.gov.br/arquivos/Licenciamento/Documentos Técnicos por Atividade ou Tipo de Serviço/](http://www.idema.rn.gov.br/arquivos/Licenciamento/Documentos_Técnicos_por_Atividade_ou_Tipo_de_Serviço/)> . Acesso em 17 set. 2008

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/jornal_pagina.php?ed=51&cd=4106>. Acesso em 26 out. 2008

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L.EIS/19433.htm>. Acesso em 21 dez. 2008.

REDE SOCIAL de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em <<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio014.htm>> . Acesso em 09 set. 2008

SCIELO Brazil – Scientific Electronic Library Online. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S040142001000300018&script=sci_arttext>. Acesso em 19 set. 2008